

Governo prepara orçamento de 86

28 JUN 1986

Brasília — As despesas da União deverão atingir Cr\$ 321 trilhões em 1986, sendo Cr\$ 122 trilhões com pessoal e encargos sociais, segundo a versão preliminar do orçamento fiscal aprovado pelo Presidente Sarney com base em exposição de motivos do Ministro do Planejamento, João Sayad. A proposta orçamentária foi elaborada com base numa inflação média de 163% no decorrer de 86 e de 140% ao final de 12 meses.

Três grandes linhas nortearão a execução orçamentária do Tesouro no decorrer de 1986, segundo os critérios aprovados pelo Presidente Sarney. São elas: os projetos novos dependerão de prévia explicitação de fontes de financiamento, os tetos de recursos para 1986 serão fixados tendo como prioridade os programas de alimentação, saúde, ensino básico, segurança pública, habitação popular e emprego; os projetos com financiamentos externos serão reavaliados e enquadrados nas novas diretrizes de Governo.

Previsão de receita

Ao contrário dos anos anteriores, quando compulsoriamente se estabelecia equilíbrio entre receita e despesa, a Secretaria de Orçamento e Finanças (Sofi), da Seplan, trabalhou apenas com uma previsão de receita de Cr\$ 321 trilhões, assim distribuídos: receita ordinária, sem vinculação, Cr\$ 198 trilhões (neste total estão incluídas as despesas com pessoal e encargos sociais, os juros da dívida inter-

na e externa — Cr\$ 52 trilhões 400 bilhões — e a rubrica outras despesas de capital — Cr\$ 23 trilhões 600 bilhões). Um dado que reflete a estreiteza do orçamento fiscal da União para 1986. Os recursos livres para aplicação serão apenas estes Cr\$ 23 trilhões, porque o restante está totalmente comprometido com pessoal, dívidas e transferências aos Estados e Municípios.

Da chamada receita vinculada (recursos com destinação fixa por determinação constitucional, estimados em Cr\$ 123 trilhões) caberá aos Estados e Municípios Cr\$ 77 trilhões 400 bilhões. Estas são as transferências federais previstas para 1986 ainda dependendo de eventuais mudanças na estrutura tributária do país. Caso o Congresso aprove, em agosto, uma minireforma tributária, o volume das transferências deverá ser bem superior à estimativa da Sofi.

Critérios de desempenho

Para chegar a uma previsão — para 1986 de despesas de Cr\$ 321 trilhões, a estimativa de 1985 foi refeita pelo Governo — ficou em Cr\$ 121 trilhões 113 bilhões. A Sofi trabalhou com quatro premissas básicas:

A- elevação nominal da arrecadação federal, determinada, fundamentalmente, pelo efeito da inflação, admitindo-se, para 1985, redução das taxas atuais de aumento dos preços e sensível desaceleração a partir do próximo ano. Este

resultado será consequência do alinhamento das políticas monetária e fiscal ao objetivo de redução do déficit público;

B- compatibilização da política salarial às variações de preços, mantendo-se a paridade entre os reajustes salariais e a variação do custo de vida medida pelo INPC;

C- manutenção das taxas de juros internacionais, continuidade do processo de substituição do petróleo importado e ocorrência de superávits comerciais que possibilitem o equilíbrio na conta de transações correntes.

A proposta orçamentária aprovada pelo Presidente Sarney inclui também algumas inovações importantes como, por exemplo, a questão dos gastos no exterior. Quanto à continuidade dos projetos em execução, diz a Sofi, dependerá de criteriosa avaliação do grau de atendimento às prioridades estabelecidas pelo Governo e da capacidade financeira da União. Os projetos financiados por agências internacionais dentro do processo de reavaliação de sua eficácia e utilidade, "os que continuarão terão seus prazos de execução ajustados às disponibilidades financeiras; os que não atendam a esses requisitos poderão ser paralisados, avaliada a fase em que se encontrem, liberando os recursos para projetos em execução ou para novos projetos que se enquadrem nas diretrizes gerais do Governo".